

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 3



Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas 3 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-294-4

DOI 10.22533/at.ed.944192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados e distribuídos nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem por objetivo, apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Neste 3º volume, reuni o total de 25 artigos que dialogam com o leitor sobre temas que envolvem direito, políticas públicas, crianças e adolescentes, o papel da legislação, grêmios estudantis e aspectos legais, assédio moral no trabalho, aborto, orçamento público, dentre outros. São temas que se interligam e apontam críticas e soluções dentro das possibilidades das Ciências Sociais Aplicadas.

Assim fechamos este 3º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ADOÇÃO DE MEDIDAS NEOLIBERAIS NO ESTADO A PARTIR DA CRISE DO CAPITAL	
Agercicleiton Coelho Guerra Antonia Rozimar Machado e Rocha Marcela Figueira Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9441926041	
CAPÍTULO 2	11
A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA COMO ALTERNATIVA À DEMOCRACIA LIBERAL EM CRISE	
Fernando Cunha Sanzovo Thaís Dalla Corte	
DOI 10.22533/at.ed.9441926042	
CAPÍTULO 3	20
A POLÍTICA DESENVOLVIDA PARA OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: UMA BREVE REFLEXÃO	
Liana Almeida de Arantes Ana Maria Fraguas Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.9441926043	
CAPÍTULO 4	33
A TEORIA DO INSTRUMENTALISMO PROCESSUAL E SUA RELEVÂNCIA PARA OS PROCESSOS COLETIVOS	
Tiago Sabóia Machado	
DOI 10.22533/at.ed.9441926044	
CAPÍTULO 5	43
ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL: DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA BAHIA	
Núbia Oliveira Alves Sacramento Jéssica Silva da Paixão Samanta Alves de Barros Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.9441926045	
CAPÍTULO 6	52
ADULTIZAÇÃO DE CRIANÇAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: ENTENDIMENTO E PERSPECTIVAS	
Andréa Simone de Andrade Colin Marcia Cristina Argenti Perez	
DOI 10.22533/at.ed.9441926046	
CAPÍTULO 7	58
ANÁLISE DO PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO EM EMPRESAS DE CHOPINZINHO E REGIÃO	
Geversson Grzeszczeszyn Samara Stefani Librelato Sandra Raquel Soares Vera Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.9441926047	

CAPÍTULO 8	63
APLICABILIDADE DA LEI Nº 8.666/93: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO APLICADA AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS	
Mário César Sousa De Oliveira Soares Francisco Igo Leite Lira Audilene Da Silva Hugo Azevedo Rangel De Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.9441926048	
CAPÍTULO 9	79
ASPECTOS JURÍDICOS E SOCIAIS DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS ENQUANTO ESPAÇOS DE FORTALECIMENTO DAS JUVENTUDES NA FORMAÇÃO CIDADÃ	
José Erick Gomes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9441926049	
CAPÍTULO 10	89
ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE O PROCESSO DE GESTÃO	
Carla de Fátima Nascimento Queiroz de Paula Ana Carolina de Gouvea Dantas Motta Adriano Rosa da Silva Victor Gomes de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.94419260410	
CAPÍTULO 11	111
DEMOCRACIA IMPERFEITA: O DIREITO COMO INSTRUMENTO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA	
João Paulo Souza dos Santos Neto	
DOI 10.22533/at.ed.94419260411	
CAPÍTULO 12	124
ICMS <i>VERSUS</i> ALOCAÇÃO DE RECURSOS E INDICADORES SOCIAIS	
Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo Adriana Carla da Silva Rebouças Geovanne Dias de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.94419260412	
CAPÍTULO 13	142
IMPLICAÇÕES DA PERSONALIDADE JURÍDICA DO NASCITURO: QUESTÃO DO ABORTO	
Valdecir Daniel Passarini de Oliveira Elizângela Treméa Fell	
DOI 10.22533/at.ed.94419260413	
CAPÍTULO 14	158
MÍDIA, PATRIARCADO, CAPITALISMO E PERPETUAÇÃO DA CULTURA DO ESTUPRO	
Bruna Santiago Franchini	
DOI 10.22533/at.ed.94419260414	

CAPÍTULO 15	173
O ADVENTO DO ESTATUTO DO IDOSO - AVANÇOS. O DESAFIO DO ACESSO À JUSTIÇA COM DIREITO FUNDAMENTAL	
Fernando Chaim Guedes Farage Emanuel Jerônimo Faria Vespúcio Jerônimo Marques Vespúcio	
DOI 10.22533/at.ed.94419260415	
CAPÍTULO 16	182
O PRINCÍPIO DA BOA ADMINISTRAÇÃO E OS EFEITOS DE SUA INOBSERVÂNCIA NA GESTÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	
Ana Flavia Alves Azevedo Isis Lacerda de Oliveira da Silva Elisa Helena Lesqueves Galante	
DOI 10.22533/at.ed.94419260416	
CAPÍTULO 17	190
“O TEMPO RUIM VAI PASSAR”: O RISCO DE MORTE E A PROTEÇÃO DE JOVENS MORADORES DE PERIFERIA ENVOLVIDOS EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA	
Fernanda de Paula Carvalho Gracielle Pouzas Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.94419260417	
CAPÍTULO 18	204
ORÇAMENTO PÚBLICO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Raquel Virmond Rauen Dalla Vecchia	
DOI 10.22533/at.ed.94419260418	
CAPÍTULO 19	209
ORGANIZATIONAL UNLEARNING AND HUMAN OPPORTUNITY IN THE PATH OF RESILIENCE	
Anderson Sanita	
DOI 10.22533/at.ed.94419260419	
CAPÍTULO 20	221
OS FATORES PESSOAIS E ORGANIZACIONAIS QUE COMPROMETEM A QUALIDADE DO TRABALHO E DO DESEMPENHO DO TRABALHADOR	
Aline Alves Ferreira de Rezende Maria Aparecida Canale Balduino	
DOI 10.22533/at.ed.94419260420	
CAPÍTULO 21	232
PETROBRÁS PÓS LAVA-JATO: PRESENÇA DIGITAL E GESTÃO DE CRISE	
Nanci Maziero Trevisan Diana Vieira Galvão Julio André Piunti Yuri Tardelli Beatriz da Silva Facchini Angélica Ferreira Gonçalves Bruna Rodrigues Ramires Ariana Olivira Tatiana Kurokawa Hasimoto Gislaine Fogaça Nereu	
DOI 10.22533/at.ed.94419260421	

CAPÍTULO 22	238
QUAIS FATORES AFETAM A EFICIÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS NO BRASIL?	
Thiago Augusto de Oliveira Marinho Ferreira	
André Valente do Couto	
João Luis Binde	
José Vinicius da Costa Filho	
Leomir Lemos dos Santos	
Marcus Vinicius Taques Arruda	
Natacha Chabalin Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.94419260422	
CAPÍTULO 23	250
SISTEMA PRISIONAL: UMA LEITURA ANALÍTICA COMPORTAMENTAL	
Sandro Paes Sandre	
André Vasconcelos da Silva	
Ivana Thaís do Nascimento Oliveira	
Lorena de Macedo Oliveira Silva	
Sulamita da Silva Lucas	
DOI 10.22533/at.ed.94419260423	
CAPÍTULO 24	261
SMART DRUGS AND ETHICS	
Rodrigo Tonel	
Janaína Machado Sturza	
Aldemir Berwig	
Siena Magali Comassetto Kolling	
Tiago Protti Spinato	
Fernando Augusto Mainardi	
Stenio Marcio Kwiatkowski Zakszeski	
DOI 10.22533/at.ed.94419260424	
SOBRE O ORGANIZADOR	271

ORÇAMENTO PÚBLICO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Raquel Virmond Rauen Dalla Vecchia

Universidade Estadual do Centro-Oeste-
UNICENTRO

Departamento de Economia
Guarapuava, PR.

RESUMO: Este estudo teve como objetivo demonstrar o orçamento público como ferramenta de análise do desempenho dos indicadores socioeconômicos e das políticas públicas implementadas. Os indicadores socioeconômicos subsidiam as atividades de planejamento público e formulação de políticas públicas, pela definição das prioridades das políticas sociais e alocação dos recursos públicos no orçamento. Nesta perspectiva, o orçamento municipal assume fundamental importância, por se constituir um instrumento básico de políticas públicas, para a construção do processo de desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: orçamento, política públicas, indicadores socioeconômicos, desenvolvimento.

ABSTRACT: This study aimed to demonstrate the public budget as a tool to analyze the performance of socioeconomic indicators and public policies implemented. Socioeconomic indicators subsidize activities of public planning and public policy formulation, by defining social

policy priorities and allocating public resources in the budget. In this perspective, the municipal budget assumes fundamental importance, since it constitutes a basic instrument of public policies, for the construction of the local development process.

KEYWORDS: budget, public policy, socioeconomic indicators, development.

1 | INTRODUÇÃO

As transformações na Administração Pública resultantes das diretrizes firmadas por ocasião da Constituição Federal de 1988, combinadas com a Lei de Responsabilidade Fiscal, vêm se traduzindo numa necessidade dos municípios brasileiros melhor organizar as suas administrações.

Diante destas transformações, adotou-se uma sistemática orçamentária que passou a ter um novo instrumento de planejamento a ser elaborado pelas três esferas de governos. Trata-se do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), que se constituem nos elementos centrais para a composição das leis reguladoras da atividade orçamentária. (ANHUCCI e SUGUIHIRO, 2013).

Este trabalho constitui uma reflexão acerca de um conjunto de questões relacionadas

ao orçamento público e sua importância na formulação de políticas públicas que promovam a melhoria de qualidade de vida e o desenvolvimento.

Os indicadores socioeconômicos subsidiam as atividades de planejamento público e formulação de políticas públicas, pela definição das prioridades das políticas sociais e alocação dos recursos públicos no orçamento. Com isso, pretende-se demonstrar que o orçamento tem-se constituído um importante instrumento de planejamento, de gestão dos recursos públicos e de realização de políticas públicas.

Neste contexto, esta pesquisa se propõe analisar a relação entre o orçamento público e o desempenho dos indicadores socioeconômicos, na administração pública. Com o objetivo de demonstrar o orçamento público como ferramenta de análise do desempenho dos indicadores socioeconômicos e das políticas públicas implementadas.

2 | METODOLOGIA

Este estudo é de caráter exploratório, e qualitativo que tem como enfoque analisar as políticas públicas e o desempenho dos indicadores socioeconômicos tendo como ferramenta de análise, o orçamento público.

Será utilizado como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica e documental. Com a revisão de literatura será construído o referencial teórico, que procurará explicitar a indissociabilidade e complementaridade entre qualidade de vida e políticas públicas, dimensionada pelos índices dos indicadores socioeconômicos, destacando o papel do orçamento público, como um eixo integrador entre eles. Mostrando que as decisões sobre o orçamento público a ser destinado para as políticas públicas significa o fortalecimento da dimensão política do orçamento público.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Orçamento Público e os Indicadores Socioeconômicos na construção das Políticas Públicas

A Constituição Federal de 1988 adaptou-se ao desenvolvimento e as necessidades da sociedade e conseqüentemente do Estado, trazendo uma nova concepção de orçamento.

De acordo com Pascoal (2009), o entendimento doutrinário de orçamento moderno diz que é Lei, e que contempla a previsão de receitas e despesas, programando a vida econômica e financeira das três esferas de poder, por certo período. Dentro desta abordagem moderna e mais ampla de orçamento, são colocados os programas de políticas públicas com finalidades sociais e levado em consideração no seu planejamento os aspectos Políticos, Econômico e Técnico.

Diante da sistemática orçamentária prevista na Constituição Federal de 1988, o Brasil passa a ter um novo instrumento de planejamento a ser elaborado pelas três esferas de governos. Trata-se do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), que se constituem nos elementos centrais para a composição das leis reguladoras da atividade orçamentária, bem como a destinação e a aplicação de recursos para o financiamento das políticas públicas. (ANHUCCI e SUGUIHIRO, 2013).

As três espécies de leis orçamentárias devem ser compatibilizados e conjuntamente formar a política econômica de forma harmônica para fazer um único planejamento.

Estas diretrizes, combinadas com a Lei de Responsabilidade Fiscal, resultaram em transformações na Administração Pública, que vêm se traduzindo numa necessidade dos municípios brasileiros, melhor organizar as suas administrações.

De acordo com a percepção de Gonçalves (2010), os municípios vêm assumindo um novo papel, que era dever do ente Federal e dos Estados:

Assegurar aos cidadãos as condições básicas de sobrevivência e também impor limites ao processo de exclusão. Esse novo papel é um dos resultados do processo de descentralização administrativa brasileira, onde a Constituição Federal de 1988 outorgou aos governos locais a responsabilidade de definir as novas de políticas públicas, o que se faz por meio do orçamento. (GONÇALVES, 2010, p. 3)

Por conta disso, os municípios preocupados com seu sucesso e com a qualidade de vida de seus cidadãos devem integrar ou alinhar os seus diferentes planejamentos.

O orçamento permite a identificação dos recursos disponíveis, que serão aplicados segundo as prioridades estabelecidas e afinadas com a política adotada pelo gestor público.

O aparecimento e desenvolvimento dos indicadores sociais e econômicos está intrinsicamente ligado à consolidação das atividades de planejamento do setor público ao longo do século XX (BUSTELO, 1982).

A partir de 1990, a ONU constrói um novo instrumental analítico, o indicador sintético conhecido como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que resulta da combinação de três dimensões: longevidade, educação e renda.

De acordo com Guimarães e Januzzi (2004) o IDH teve o mérito de sinalizar aos gestores públicos que o alcance do progresso não é sinônimo exclusivo de crescimento econômico, ou seja, a melhoria das condições de saúde e educação da população deve também ser considerada como integrante do processo de desenvolvimento.

Se bem empregados, os Indicadores Sociais podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas sociais. Na negociação das prioridades sociais, os indicadores sociais podem contribuir no apontamento da magnitude das carências a atender nas diversas áreas de intervenção. (JANNUZZI, 2002).

Os indicadores sociais subsidiam as atividades de planejamento público e

formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil. Em uma perspectiva programática, o indicador social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas (CARLEY 1985, MILES 1985, apud JANUZZI, 2002)

O conhecimento do significado, dos limites e potencialidades dos indicadores sociais pode ser de grande utilidade para os diversos agentes e instituições envolvidos na definição das prioridades sociais e na alocação de recursos do Orçamento Público.

A discussão desta análise resultou no entendimento de que existe correlação direta entre a destinação dos recursos públicos por meio do orçamento público e o desenvolvimento humano, medido por meio do desempenho dos indicadores socioeconômicos. Quanto mais recursos forem aplicados nas políticas públicas que sustentam o desenvolvimento social e econômico de uma cidade, melhores serão os resultados para a sociedade. Essa é uma forma objetiva de se medir a qualidade de vida da cidade, e também a eficácia da gestão pública local.

4 | CONCLUSÕES

Diante do exposto, verificou-se que o orçamento municipal, assume fundamental importância, por se constituir um instrumento básico para a construção do processo de desenvolvimento local, com ênfase em políticas públicas voltadas na melhoria da distribuição de renda, na atenção à melhoria da qualidade de vida, no estímulo ao desenvolvimento das vocações locais e na criação de oportunidades de trabalho e geração de renda.

REFERÊNCIAS

ANHUCCI, V.; SUGUIHIRO, V. L. T. A dimensão política do orçamento público: os conselhos de direitos como espaço de debate plural e coletivo. *Economia & Região*, Londrina, PR, v. 1, n.1, p.134-149, jan./jul.2013. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/download/. Acesso em out. de 2014.

BUSTELO, E.S. Planejamento e Política Social. In: Bromley, R. & Bustelo, E.S.

Política X Técnica no Planejamento. São Paulo: Brasiliense/UNICEF, 1982,p.132-152.

GONÇALVES, A. C. O orçamento público brasileiro: Suas origens, princípios norteadores e forma de execução. 2010. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/14940/o-orcamento-publico-brasileiro#ixzz3aEN5xYBB>. Acesso, Maio de 2015.

GUIMARÃES J. R. E JANUZZI, P. de M. Indicadores Sintéticos no Processo de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas: Limites e Legitimidades. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú- MG, 2004. Disponível em: <http://www.ernestoamaral.com/docs/>

IndSoc/biblio/Guimaraes2004.pdf. Acesso em maio de 2015.

JANNUZZI, P. de M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v.36, n.1, p. 51-72, Jan./Fev. 2002.

PASCOAL, V. F. *Direito financeiro e controle externo: teoria, jurisprudência e 400 questões*. 7.ed. atualizada com a EC nº 56 e com a nova lei complementar 131/2009. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-294-4

